DIREITO À DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Me. Heber Junio Pereira Brasão¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir acerca dos desafios postos pela sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito à diversidade humana e ao pluralismo cultural, pois, acredita-se que a reflexão sobre a diversidade, seja o ponto de partida da nossa caminhada rumo a transformações conceituais e práticas da escola, a fim de garantir educação para todos, por meio de aprendizagens efetivas que garantam a permanência do aluno e, conseqüentemente, seu sucesso escolar. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Daí essa abordagem em relação a temática da educação para a diversidade se justifica, tendo em vista que a educação é um direito fundamental do cidadão.

PALAVRAS-CHAVES: Educação; diversidade; cidadania; liberdade.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the challenges posed by contemporary society, especially with regard to human diversity and cultural pluralism, as it is believed that reflection on diversity, is the starting point of our journey towards conceptual transformations and school practices in order to ensure education for all, through effective learning to ensure the permanence of the student and, consequently, their school success. Education covers the formative processes that develop in family life, in human society, at work, in educational and research institutions, social movements and civil society organizations and cultural manifestations. Hence this approach to the issue of education for diversity is justified, given that education is a fundamental right of citizens.

KEYWORDS: Education; diversity; citizenship; freedom.

Cada instituição escolar é única, se analisarmos e levamos em consideração o ambiente em que estes alunos estão inseridos, e é justamente pela importância do tema, que a discussão em relação à diversidade cultural vem ganhando uma maior conotação, o que incentivou o estudo desta questão à alguns anos, ratificando assim, não se tratar

¹ Licenciado em Letras e Filosofia, Graduando em Sociologia, Pós graduado em Inspeção, supervisão e orientação escolar, Pós graduado em Linguística, Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba. Professor na FUCAMP nos cursos de Letras, administração, Direito, Pedagogia e Ciências Contábeis.

de algo novo, apontando para a necessidade de aprofundar-se nessa construção do discurso sobre as diferenças, e de uma educação que seja capaz de produzir um espírito de criticidade e do real significado do termo cidadania.

Cada escola, cada sala de aula tem a sua história e suas preocupações que a faz diferente uma das outras, essas diferenças apresentadas pela comunidade escolar, pode ser explicada justamente pela diversidade cultural/territorial expressas no chão de cada escola, pois trata-se de uma população formada por diversos grupos étnicos, com seus costumes, seus rituais e suas crenças.

Ao analisarmos como se dá o processo de aprendizagem nos dias atuais, e principalmente em nossas escolas, vários fatores influenciadores poderiam ser enumerados tanto enquanto aspectos positivos, no que se refere à possibilidade de conhecer e conviver com novas culturas, tanto nos aspectos negativos, principalmente na definição de culturas, que com o passar dos anos vieram de outras regiões do país, e essas passaram a ser consideradas como inferiores em relação às que já existiam naquele chão.

A atual sociedade tem passado por significativas transformações em seus vários aspectos, político, econômico, religioso, familiar e principalmente o aspecto cultural. É justamente no âmbito cultural, que mais tem se divergido as ideias, principalmente de sua influência na vida de nossos alunos na relação ensino aprendizagem.

Nota-se claramente que há um distanciamento cultural muito grande, o que tem causado sérios danos à formação das crianças, jovens e adultos, seja tanto dentro da sociedade, assim como no próprio ambiente escolar, o que tem levado constantemente aos professores a trabalharem com alunos que teoricamente não lhes trarão problemas, como pontua claramente Philippe Perrenoud:

Diferenciar é trabalhar prioritariamente com os alunos que têm dificuldades. Ora, nem sempre eles são cooperativos, trabalhadores, simpáticos, bem educados, divertidos, limpos e charmosos, ou seja, gratificantes. Diferenciar é enfrentar com frequência certa distância cultural, gerar certa tensão com quaisquer alunos rebeldes à aprendizagem, superar momentos de desânimo quanto o tédio inerente à repetição das mesmas explicações, as quais acompanham tarefas elementares, por mais fundamentais que elas sejam. (PERRENOUD, 2001, p. 46.)

Daí a proposta de novas formas de se educar, enxergando o aluno não somente como uma folha em branco, que está esperando para ser escrita, mas que, todavia, já traz consigo suas histórias, anseios e modos de vida própria e somente a escola poderá

se adequar às necessidades das práticas escolares justamente às características de cada estudante, pois claramente como afirma o próprio Perrenoud (2001, p.48), “é normal ter vontade de trabalhar com os alunos mais gratificantes, mais curiosos, mais rápidos. É inútil sentir-se culpado. O essencial é analisar lucidamente suas escolhas”.

Em uma abordagem de se trabalhar com as diferenças apresentadas pelos alunos é que Candau e Leite (2006) afirmam a necessidade da quebra de paradigmas impostos pela escola tradicional e a proposta de uma educação que reconheça as diferenças individuais dos alunos e, conseqüentemente, a adequação de práticas pedagógicas que priorizem essas características individuais desses estudantes. As autoras justificam essa necessidade já que a aquisição do conhecimento não se dá da mesma forma para todos e essas diferenças na aprendizagem acabam tornando-se manifestações excludentes e discriminatórias.

Ainda segundo Candau e Leite (2006) foi justamente essa proposta na mudança educacional desenvolvida na década de 60, que motivou Paulo Freire, no nordeste brasileiro, na implantação da educação de jovens e adultos. O método implantado por Paulo Freire tem como proposta uma educação que considera o universo cultural no qual está inserido. Dessa maneira, é possível considerar também a diferença cultural que influencia diretamente na deficiência da aprendizagem no espaço escolar e nas interações sociais.

É comum, na obra de Paulo Freire a crítica à educação e à práticas escolares que carregam uma concepção massificadora e excludente, induzindo seus alunos a simples repetição de conhecimentos que foram disseminados durante anos, não proporcionando e muito menos possibilitando aos discentes a discussão de problemas emergentes do cotidiano. Para o autor é preciso considerarmos uma sociedade que passa constantemente por transição e, dessa forma, negarmos uma educação que não leva a discussão de ideias, e muito menos a produção de novos conhecimentos.

Freire (2003, p.98) exorta que “só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez maior da racionalidade”.

Não é mais justificável uma educação estática que não contemple a conscientização e a libertação do indivíduo, daí a importância do questionamento não somente dos conteúdos, mas da própria forma e da relação entre educadores e educandos. Dessa forma a educação era concebida de forma arbitrária e os indivíduos

foram moldados de acordo com os interesses culturais e políticos, e o professor era puramente um reproduzidor de ideias e não um formador de cidadãos críticos capazes de transformar uma sociedade.

Assim poderíamos enxergar que a escola possui uma função política e social que pautada pela razão deve tentar ajudar na melhora da qualidade do ensino/aprendizagem uma vez que somos frutos de um sistema que acaba engessando o pensamento dos indivíduos com um conhecimento que fora outrora padronizado, criando barreiras que impedem os professores de alcançarem resultados que possam ser visíveis não só na formação intelectual, mas também na formação pessoal do educando, o que exigirá questionamento não só aos conteúdos, mas à própria forma, ao próprio método da educação e da relação entre educadores e educandos.

A flexibilidade da consciência e a necessidade constante da participação do indivíduo nas mudanças necessárias na sociedade, deve passar por uma mudança educacional no agir educativo, que várias vezes pode ter sido reprimida pelo próprio sistema educacional através da padronização do ensino, priorizando o ensino de conteúdos programáticos que não conseguem contemplar realidades vivenciadas por esses alunos e o que só seria possível, quando os cidadãos estiverem participando efetivamente das mudanças que ocorrem na sociedade, através de uma educação que pudesse enquadrar esse indivíduo nas discussões pertinentes ao seu espaço e tempo.

Agir educativo que, não esquecendo ou desconhecendo as condições culturais de nossa formação paternalista, vertical, por tudo isso antidemocrática, não esquecesse também e, sobretudo as condições novas da atualidade. De resto, condições propícias ao desenvolvimento de nossa mentalidade democrática, se não fossem distorcidas pelos irracionistas. (FREIRE, 2003, p.99)

Freire e Shor (1987) falam sobre enfrentar o medo no cotidiano de nossas lutas pela transformação da sociedade. Essa transformação seria mais eficaz a partir do momento que professores fizessem uso da chamada educação informal, que seria justamente o reconhecimento de conhecimentos empíricos adquiridos e vivenciados por esses sujeitos em sua realidade cotidiana, não priorizando apenas a educação formal, que segue um ensino padronizado e institucionalizado. Os autores afirmam que “se estou seguro do meu sonho político, então uma das condições para continuar a ter esse sonho é não me imobilizar enquanto caminho para sua realização. E o medo pode ser paralisante” (1986, p.35).

A abordagem da educação libertadora, não se faz em favor dos oprimidos; é feita a partir do povo e com ele, é o que justamente é chamado de cultura popular. Nessa globalidade do processo da cultura popular, a educação ganha sentido originário de busca do pleno reconhecimento ativo do homem e pelo homem. Educar-se é participar ativamente do processo total da cultura, através da qual o homem se faz e refaz, radicalmente, é o processo da cultura do povo trabalhador, sendo assim, cultura popular no seu sentido mais profundo e originário. Assim, na luta pela educação popular como objeto de resistência à ideologia dominante e, como objeto na construção de uma cultura geral, todos temos uma parcela de responsabilidade.

É justamente nesse terreno da chamada educação popular que Arroyo (2009) chama-nos a atenção que desde seu surgimento na década de 60, concepções estereotipadas e errôneas tem sido construída do que seja esse movimento e conseqüentemente a construção de imagens que acabaram padronizando as pessoas de classes menos favorecidas como seres inferiores ou portadores de uma cultura que fora ocultada por essa classe dominante.

Segundo Arroyo (2009) a ligação entre a educação popular e saúde se dá justamente por que determinados setores da sociedade criam imagens metafóricas tiradas da patologia: fala-se da ignorância popular como chaga social, não enxergando nesses grupos qualquer tipo de conhecimento, seja no aspecto cultural ou intelectual.

Estas visões naturalizadas, biologizadas e patológicas dos setores populares ainda estão muito arraigadas e orientam o pensamento, as análises e a ação, as políticas, programas e campanhas de educação, de saúde e de assistência. Estas metáforas afirmam que assim como os acidentes naturais e as doenças põem em perigo o corpo social, político, cultural e moral. (ARROYO, 2009, p.45)

Ainda de acordo com o autor, foram criadas campanhas que visavam proteger a educação popular que acabava infantilizando-a ao invés de protegê-la, e que verdadeiramente acabava por desqualificar e desconceituar tal grupo. Dessa forma, em tempos modernos autoimagens foram criadas a respeito da cultura popular e saúde, que exigem uma mudança de postura de todos os envolvidos nesse processo, possibilitando o aparecimento de uma nova dinâmica político-cultural, que exigirá a ressignificação dessas manifestações preconceituosas.

Com isso Arroyo (2009) qualifica a educação popular e saúde como uma “reação as tentativas conservadoras de despolitização de suas ações inventando gestos

para chocar a cultura política e abrem espaços para explorar suas dimensões pedagógicas” (p.410).

E esse processo de mudança se dará com a formação e conscientização dos novos educadores, com a configuração de novos hábitos, valores éticos, políticos e culturais e com novos rumos propostos por uma educação transformadora, quebrando velhos paradigmas e criando novos conceitos de educação popular e saúde, pois a intenção das classes dominantes não é a de educar as classes populares mais simplesmente massificá-la, dominá-la ou simplesmente aniquilá-la.

Os movimentos populares repolitizam e radicalizam a pedagogia popular, na medida em que repõem suas lutas no campo de direito. Ao afirmarem-se sujeitos de direitos, vinculam as políticas sociais com a igualdade, a justiça e a equidade. Não mais com a inclusão excludente. Fazem avançar uma conformação do povo como sujeito de direitos. (ARROYO, 2009, p.411)

A legitimidade dos movimentos sociais populares acaba por resgatar aos cidadãos princípios básicos de igualdade e cidadania, que reagindo a ideais conservadores acabam por abrir novos caminhos para a aplicação de diferentes e inovadores dispositivos pedagógicos que poderá em um futuro muito breve contribuir na reformulação e reorganização da práxis pedagógica, principalmente na formação político pedagógico e ideológico de uma classe jovem que amanhã possivelmente estará a frente do nosso país, incentivada e sustentada por uma nova classe de professores, abertos para uma nova discussão do que seria, ou deveria ser a aproximação da nova dinâmica educativa provocada pelos novos educadores.

Daí também em se pensar em uma nova proposta na reconstrução dessas autoimagens, que os referidos movimentos populares deveriam continuar submissos ao próprio sistema, esperando uma mudança política e ideológica de forma pacífica por parte dos governos ou representações políticas. Não é concebível na atual sociedade moderna, luta por direitos sem manifestações ou confronto, principalmente o confronto de ideias que contribuirá na formação do senso crítico desses novos cidadãos.

Assim é impensável discutir sobre direito à diversidade e educação para cidadania sem antes partirmos de uma abordagem antropológica com o intuito de podermos tentar compreender qual o real significado do termo identidade, como uma construção que se faz com atributos culturais, isto é, ela se caracteriza pelo conjunto de

elementos culturais adquiridos pelo indivíduo através da herança cultural. E é essa mesma identidade que confere diferenças aos grupos humanos, evidenciando-se em termos da consciência da diferença e do contraste do outro.

Uma afirmação que muito poderá nos ajudar na reflexão na diversidade das culturas é de Lévi-Strauss (1976, p.328-329), ao ponderar que;

[...] resultaria em um esforço vão ter consagrado tanto talento e tantos esforços para demonstrar que nada, no estado atual da ciência, permita afirmar que superioridade ou a inferioridade intelectual de uma raça em relação à outra, e que as culturas humanas não diferem entre si do mesmo modo nem no mesmo plano, mas que a diversidade das culturas é de fato no presente, e também de direito no passado, muito maior e mais rica que tudo o que estamos destinados a dela conhecer.

O autor pontua que a diversidade cultural faz parte das relações estabelecidas no interior de cada sociedade, ou seja, não é um problema apenas das relações entre sociedades diferentes, mas acontece em cada subcultura que compõe a sociedade estudada, sendo que cada uma delas atribui importância a suas diferenças. (LÉVI-STRAUS, 1976)

Para Ruben George Oliven

O que se verifica atualmente é um cruzamento das fronteiras culturais e simbólicas que faz com que haja uma desterritorialização dos fenômenos culturais. Todo esse processo de mundialização da cultura, que dá a impressão de que vivemos numa aldeia global, acaba repondo a questão da tradição, da nação e da região. A medida em que o mundo se torna mais complexo e se internaliza, a questão das diferenças se recoloca e há um intenso processo de construção de identidades. (OLIVEN, 1992, p. 135).

Historicamente e até pelo pesado fardo que carregamos em nossos ombros pelo processo de colonização ao qual fomos brutalmente submetidos até os dias atuais, fica evidente que nossa sociedade ainda não adquiriu uma cultura de aceitar, respeitar e trabalhar com o diferente.

Como alerta o autor, ao tratar da questão das novas fronteiras da cultura:

A tensão entre o global e o local não está restrito ao Velho Mundo. Os Estados Unidos estão experimentando conflitos de grande violência, por trás dos quais estão diferentes grupos étnicos que afirmam suas diferenças em relação aos outros e não aceitam mais um modelo único de ser dos norte- americanos. (OLIVEN, 1992, p.133).

Oliven (1992) ainda aponta que, no Brasil, apesar de não termos conflitos étnicos, regionais ou religiosos vivenciamos debates que apontam para discussões semelhantes pois, apesar de não pertencermos ao chamado mundo desenvolvido ou primeiro mundo, não queremos fazer parte do mundo subdesenvolvido ou terceiro mundo.

Direito de ser autêntico, de ser diferente, ainda parece uma conquista longe de ser alcançada em nossa sociedade, ignorando muitas vezes que o que realmente deveria ser posto em prática, são a consciência e a razão, e não os aspectos sociais, econômicos, raciais, religiosos e culturais, esquecendo que isso sim, é requisito indispensável para que possamos ter uma equidade social.

Num país tão rico culturalmente como o Brasil, não se justifica haver tanto preconceito e discriminação, eles se tornaram uma arma contra a nossa civilização e cabe a nós combatê-lo. A consciência de que ser diferente é algo bom e que deve ser respeitado, é algo que necessita ser buscado frequentemente em nossa sociedade e principalmente no ambiente escolar.

Mesmo considerando que no Brasil a diversidade cultural seja facilmente notada e que a escola é a instituição em que mais se convive com as mais diversas formas de manifestações culturais, a mesma mostra-se despreparada para trabalhar com manifestações preconceituosas e discriminatórias que ocorrem no dia a dia. E esses preconceitos perpassam desde a relação entre educandos e educandos e entre educadores e educandos, e esse educador até por não ter recebido formação suficiente para lidar com essa diversidade mostrando-se despreparado para lidar com tal situação, acaba por estereotipar o aluno contribuindo para que a discriminação possa interferir na aprendizagem e na aquisição do conhecimento.

Diante de todas essas situações, a sociedade brasileira também tem o desafio de redefinir suas colocações, seus conceitos políticos e sociais, para garantir às minorias, o direito de igualdade de oportunidades e respeito às suas diferenças, valorizando as características culturais de todas as partes do país e principalmente a característica de cada escola em particular, promovendo um diálogo cada vez maior entre o verdadeiro conceito de cidadania tantas vezes desprezado por nossa sociedade e também por nossas escolas.

Sendo de grande relevância, priorizar a cultura específica de cada cidadão, e conseqüentemente a diversidade cultural de cada região, contribuindo para a preservação da identidade cultural de cada povo.

O olhar sobre a diversidade cultural/territorial expõe peculiaridades da existência humana como as diferentes formas que assumem as sociedades ao longo dos tempos e dos espaços, as relações entre povos, culturas, civilizações, etnias, grupos sociais e indivíduos, configurando-se como desafio central, não só das práticas pedagógicas escolares, mas das possíveis formas de convivência que se queira construir, para humanizar as relações na economia, na política e no saber.

Baseado na ideia de Philippe Perrenoud (2001), podemos afirmar que existe uma grande distância cultural na relação pedagógica. Entre professores e alunos, a comunicação, a cumplicidade, a estima mútua dependem muito de gostos e valores comuns, em âmbitos aparentemente estranhos ao programa, pois a escola não é feita apenas de saberes intelectuais a serem estudados, ensinados e exigidos.

Com isso se confirma, segundo Perrenoud, que, na interação cotidiana, a escola é elitista, mesma que essa não seja sua intenção:

Não podemos subestimar o choque cotidiano das culturas. Ele influencia o fracasso escolar: as rejeições, as rupturas na comunicação, os conflitos de valores e as diferenças de costumes contam tanto quanto o eventual elitismo dos conteúdos. Uma criança que rejeita a violência, que respeita os livros, que cumprimenta educadamente e sempre tem as mãos limpas será mais apreciada do que aquela que, com iguais dificuldades, agride os outros, diz palavrões, masca chiclete, cheira mal, destrói disfarçadamente as plantas do professor ou acaba abertamente com suas profissões de fé ecológicas em nome do “sacrossanto carrão”. (PERRENOUD, 2001, p. 57)

Essa educação elitista, bem como as diferenças culturais são bem claras na sociedade, e na educação isso se evidencia ainda mais, pois as diferenças não estão somente fora dos portões das escolas, mas está dentro da própria escola, e muitas vezes vem sendo utilizada mesmo de forma camuflada, ou até inconscientemente como fator de discriminação e preconceito.

Exemplo maior é o defendido por Vera Candau e Miriam Leite (2006, p.2-3), para quem:

[...] a forma mais básica de aplicação desse processo discriminatório é a forma mais básica de aplicação dessa perspectiva na prática pedagógica que sobreviveu até os dias atuais: a diferenciação tipológica, ou seja, o agrupamento de alunos em classes homogêneas, em função do que seria a sua “capacidade de aprendizagem” (TITONE, 1966)

A escola acaba rotulando e criando pré-juízos dos alunos pela sua capacidade ou não de aprendizagem, excluindo e discriminando várias vezes esses alunos, fomentando assim a própria exclusão social, o que em diversos casos acaba sendo camuflado pela própria intuição de ensino, enquanto a função primordial da escola além da transmissão do conhecimento elaborado e intelectual seria a socialização do indivíduo, formando o aluno para o exercício pleno da chamada cidadania.

A partir dessa concepção do papel da escola, podemos refletir sobre o que aborda os PCNS (1997), afirmando que:

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. (PCNS, p. 117)

Dessa forma podemos entender que a mudança desse quadro de uma educação elitista poderá ser modificada com a valorização da cultura desses alunos, que conseqüentemente irá ajudar na melhor absorção dos conteúdos, sem desconsiderar o aspecto pedagógico de cada instituição, partindo do pressuposto que o convívio com essa diversidade cultural promoverá a compreensão do seu próprio valor, melhorando a autoestima dos educandos que fora sendo perdido no convívio com a sociedade. “A escola como instituição voltada para a constituição de sujeitos sociais deve afirmar um compromisso com a cidadania, colocando em análise suas relações, suas práticas, as informações e os valores que veicula” (PCNS, p. 52) não só na formação ética, mas sim também na formação intelectual que acaba sendo o objetivo principal da instituição escola.

E infelizmente a forma como se tem tratado a diferença vem trazendo sérios prejuízos ao educando, seja nas relações de aprendizagem, socialização, convívio com professores e colegas e com a própria sociedade da qual ele faz parte ou esta inserido.

Como afirmam os PCN:

A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela. Singularidades presentes nas características de cultura, de etnias, de regiões, de famílias, são de fato percebidas com mais clareza quando colocadas junto a outras. A percepção de cada um, individualmente, elabora-se com maior precisão graças ao outro, que se coloca como limite e possibilidade. Limite, de quem efetivamente cada um é. Possibilidade, de vínculos, realizações de “vir-a-ser”. Para tanto, há necessidade de a escola instruemntalizar-se para fornecer

informações mais precisas a questões que vêm sendo indevidamente respondidas pelo senso comum, quando não ignoradas por um silêncio constringimento. Essa proposta traz a necessidade imperiosa da formação de professores no tema da Pluralidade cultural. Provocar essa demanda específica na formação docente é exercício de cidadania. É um investimento importante e precisa ser um compromisso político-pedagógico de qualquer planejamento educacional/escolar para a formação e/ou desenvolvimento profissional dos professores. (PCNS, p. 123)

Cabe aos professores conseguir perceber essas diferenças e promover a mediação da tentativa de solucionar esses problemas e propiciar ao aluno a retomada não somente dos valores educacionais, seja da escola formal ou não, mas a retomada de valores que fora muita das vezes, esquecidos por ele e pela própria sociedade, e consequentemente o direito a diversidade e a educação na construção da cidadania.

Assim, podemos entender o verdadeiro sentido da educação e da instituição escola, aquela instituição consciente que possa construir e oferecer aos seus, uma educação de equidade, voltados para a finalidade de atender as reais necessidades apresentadas pela comunidade escolar.

Dentro desse contexto torna-se claro a afirmativa de Sandra Pereira Tosta:

De todo modo, é inegável que diferenças e desigualdades fazem parte do cotidiano escolar e tais questões muito importam pelos significados que contém e que dizem respeito empiricamente à problemática das culturas presentes na escola, mesmo que, como tais, não sejam consideradas. Remetem, em termos epistemológicos, à questão fundante da Antropologia – a relação com o outro. (PEREIRA-TOSTA, 2011, p. 418)

A autora sugere que os educadores possam ser formados a partir do diálogo interdisciplinar, em que educação e antropologia, mesmo sendo ciências diferentes, estejam simplesmente unidas, mas que possa contribuir na interlocução dos sujeitos e consequentemente na aquisição do conhecimento.

Não é mais possível permanecer com práticas embasadas por visões nonodisciplinares e descoladas de realidades sociais diferentes e desiguais que demandam uma visão diferente e mais polissêmica do que sejam os processos educacionais, a escola, o conhecimento, as práticas pedagógicas, os currículos, a formação e a profissão. (idem, 2011, p.416)

Teoricamente poderíamos afirmar que o objetivo primordial da escola seria um local destinado a aquisição do conhecimento formal, científico e sistematizado, onde diversas culturas pudessem conviver harmoniosamente entre si, visto que, temos escola

para pobre e para rico, para negros e para brancos, para mulheres e para homens, de boa e de má qualidade, pública e privada, onde a pública esta intrinsecamente ligada à defesa de interesses de uma pequena classe social dominante e jamais poderá competir em real igualdade com a privada, mas na prática podemos perceber que a escola se tornou um dos lugares mais discriminatórios e excludentes da sociedade.

E é justamente a partir de meados da década de 60, segundo Candau, que aparece a discussão de novas abordagens sociológicas, como a Nova Sociologia da Educação (NSE):

Desenvolvida na Inglaterra, que iniciaram uma discussão que tratavam especificamente das populações recentemente ingressas nos sistemas de educação formal que opunha se a teoria do deficit linguístico e cultural, que entendia que os alunos de camadas populares trariam para a escola uma linguagem e um background cultural deficientes, inadequados ao pensamento cultural deficientes, inadequados ao pensamento lógico e à apropriação do que seria o patrimônio cultural da humanidade, explicando assim o quadro frequente de fracasso escolar desses estudantes. (CANDAU, 2006, p.6)

O sistema educacional poderia e deveria se sentir privilegiado, pois é este o local ideal para discutir as diferentes culturas, como elas se entrelaçam e criam novas culturas, e principalmente as suas contribuições na formação do nosso povo, mas sem nunca esquecer a particularidade do sujeito, pois cada vez mais o diferente aparece, seja na forma de aprender, de se comunicar, de se vestir, ou na de refletir, para tanto, é importante, valorizar o espaço social, ampliar ações e principalmente, reconhecer que as crianças e adolescentes precisam sonhar, ter oportunidades, não importando qual a sua diferença.

Em um país cada vez mais globalizado, trabalhar com o diferente parece uma tarefa árdua e difícil de ser concluída, mas sem dúvida antes de se trabalhar com a diversidade cultural, é necessário que os professores estejam preparados para assumir tão grandiosa missão.

Muitas vezes somos encurralados por perguntas, hábitos, modos e atitudes de nossos alunos, o que quase sempre nos leva a emitir certos juízos de valores sem termos conhecimento de causa, e os professores quase na sua totalidade, estão trabalhando com a diversidade cultural a partir de forma padronizada.

Acabam lidando com essas questões, não por terem sido preparados por meio de um conhecimento científico elaborado e discutido por estudiosos que dedicam suas

pesquisas sobre o assunto, mas sim através de suas experiências que aprenderam ao longo de suas vidas, bem anterior, ou durante a sua formação profissional.

A mudança tão esperada e falada em nossa sociedade só se dará quando nós professores assumirmos nosso papel nesse processo, fazendo com que nossos alunos entendam que conviver com as diferenças é possível. Ser diferente não é definitivamente ser inferior.

Assim estaremos dando a real possibilidade da contribuição na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que o indivíduo seja respeitado por aquilo que ele é, e não por aquilo que a sociedade queria que ele fosse independente da diversidade cultural/territorial na qual está inserido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARROYO, Miguel G. Educação Popular, saúde, equidade e justiça social. **Cadernos Cedés**. Campinas, vol.79, p. 401-416, set-dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais: pluralismo cultural**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade : inclusão e exclusão social**. Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado. Conteúdo: Inclusão e exclusão social. módulo 3: Direitos Humanos. Organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração: Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
4 v.

CANDAU, Vera Maria; LEITE, Miriam. Diálogos entre diferença e educação.
CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 27ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

_____; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano dos professores**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, p. 328-330.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

BRASÃO, H. J. P.

PEREIRA-TOSTA, Sandra. Antropologia e Educação: culturas e identidades na escola. **MAGIS** – Revista Internacional de Investigación en Educación, 3(6), p. 413-431, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001.